

EDITORIAL • Construindo ciências sociais dialogicamente a partir da diversidade: atitude científica em momentos de crise.

<http://dx.doi.org/10.36428/revistadacgu.v12i21.317>

Marcio Cunha Filho¹, Temístocles Murilo de Oliveira Júnior² e Vítor César Silva Xavier³

A Revista da CGU apresenta à sociedade sua 21^a edição, com 9 trabalhos inéditos relacionados aos temas da corrupção, transparência e auditoria públicas, parte deles resultantes do programa de pesquisa “Controle Governamental, Combate e Prevenção à Corrupção”, promovido pela Superintendência da CGU no Estado de Minas Gerais em parceria com a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ELE/ALMG) e com a Escola da Advocacia Geral da União em Minas Gerais (EAGU/MG).

Esta edição faz parte de uma série de medidas em que a Revista avança na sua proposta de criar espaços de pluralidade e diversidade na construção de saberes sociais, haja vista (i) a reestruturação de seu conselho editorial e grupo de revisores, que passam a contar com professores doutores de todas as regiões do país; (ii) publicação de trabalhos de diversos estados brasileiros e até mesmo internacionais rigorosamente selecionados por um processo aprimorado de revisão de pares; (iii) a sua contínua internacionalização por meio de inserção das edições em bases de dados internacionais, como a Google Scholar, a Redib e a PKP/IND.

Em especial, esta edição da Revista pretende contribuir para debates mais amplos sobre o papel da transparência, da auditoria e da corrupção em sistemas políticos fragilizados. A pluralidade e diversidade de posicionamentos devem ser o fio condutor de todo e qualquer projeto científico e acreditamos que a expansão das fronteiras acadêmicas da Revista é um passo importante na construção deste projeto.

A presente edição é lançada em conjunto com duas chamadas de artigos para edições especiais: a primeira dedicada a discussões relacionadas ao exercício do poder punitivo do Estado e a segunda relacionada à utilização de mecanismos de controle, transparência e accountability no contexto da atual crise sanitária pela qual passam o Brasil e o mundo.

Edições especiais nos permitem refletir profundamente sobre temas específicos, impulsionando debates importantes para a obtenção de resultados concretos para problemas atuais da sociedade. Os acontecimentos pelos quais passamos no primeiro semestre de 2020 colocaram em evidência, com mais força do que anteriormente, o quanto a nossa própria sobrevivência está conectada ao avanço e progresso da investigação científica. Apesar das múltiplas investidas contra a ciência ao longo da história, ela prevaleceu e tem orientado as ações de governos e das próprias pessoas na maior parte do mundo, exercendo importante centralidade na sociedade. Debates ideológicos, partidários ou emocionais se apequenam diante da força da ciência, que se impõe como a melhor resposta aos problemas e ameaças que nos são apresentados.

1 Universidade de Brasília.

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro.

3 Universidade de Brasília.

A sociedade deposita confiança e esperança no trabalho científico. Mais do que esperar soluções exclusivamente para a pandemia, a qual tem causado destruição ao redor do planeta, precisamos lembrar que a ciência não é restrita à área da saúde. Esperamos que os cientistas solucionem quaisquer problemas que se apresentarem, inclusive comunicando-nos permanentemente com clareza, simplicidade e precisão o que se sabe e o que não se sabe a respeito dos contextos atuais e futuros de nossas formas de organização social. A atitude científica precisa prevalecer também no campo das humanidades e das investigações sociais.

As ciências sociais desempenham a importante função de fornecer ferramentas teóricas e práticas para a compreensão contextualizada das nossas formas de organização social. As ciências sociais permitem que olhemos para uma instituição, um fenômeno social ou um acontecimento e consigamos compreender de maneira crítica e densa o seu significado em variados contextos. Na atualidade, precisamos compreender como e se as ferramentas institucionais de que dispomos são suficientes e resilientes em contextos de crises, sejam políticas, econômicas ou sanitárias.

Em todo o mundo, os governos têm atuado de maneira rápida, enérgica e contundente não apenas no plano sanitário, mas também na economia e na política, inclusive nos serviços públicos básicos. Ainda que boa parte destas medidas sejam necessárias e, em muitos casos, devidamente proporcionais, o fato é que a pressa e a emergência podem afetar as discussões e os debates necessários sobre as respostas institucionais que esperamos de nossos governos.

Nesses momentos, os governos, as sociedades civis e as instituições públicas estão mais sujeitos a cometer erros e excessos e, portanto, os limites da democracia podem ser tensionados. Excessos no uso de poder têm ocorrido em todo o mundo, tanto em países do sul global quanto em países do norte. Os poderes e as prerrogativas de emergência extraordinários que concedemos aos governos não podem deixar de ser contrabalanceados na mesma medida com mecanismos de controle, transparência e responsabilização, sob pena de permitirmos o exercício arbitrário do poder e, com isso, o enfraquecimento de nossos sistemas políticos.

Não devemos permitir que situações emergenciais sejam autorizativas do uso de prerrogativas extraordinárias sem as necessárias contrapartidas democráticas. Precisamos compreender que, assim como a omissão ou a inércia estatais seguramente podem custar vidas, excessos estatais, má-utilização de recursos públicos, desvio de recursos públicos, prorrogação indevida de poderes emergenciais são também fatores que destroem vidas.

Portanto, a existência e o estudo de mecanismos de controle e da transparência governamentais em momentos de crise tornam-se ainda mais importantes. Apenas conhecendo pormenorizadamente os riscos poderemos navegar sobre eles e retornar, o mais rápido possível, para um contexto de normalidade.

Ainda que a ciência não possa alcançar verdades definitivas e universais, ela é nosso melhor instrumento para nos aproximar dela, por meio de seus ritos e suas formas de atuação – que envolvem, dentre outros, a revisão cega dos estudos propostos e o delineamento de metodologias falseáveis, sempre com transparência dos dados apresentados e replicação de sua aplicação em outros casos concretos sempre que possível e dialogando quando necessário com os outros campos do saber humano. É com esses princípios que a Revista segue focada na sua missão de servir como ponte de diálogo entre produção acadêmica confiável e gestores e usuários de serviços públicos.

Boa leitura!

Marcio Cunha Filho

 <https://orcid.org/0000-0002-4649-8049>

Editor-adjunto da Revista da CGU. Doutor em Direito pela Universidade de Brasília. Professor do Instituto Brasileiro de Direito Público. Auditor Federal de Finanças e Controle em exercício na Ouvidoria-Geral da União (OGU/CGU).

Temístocles Murilo de Oliveira Júnior

 <http://orcid.org/0000-0002-5524-3830>

Editor-chefe da Revista da CGU. Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Corregedor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União.

Vítor César Silva Xavier

 <https://orcid.org/0000-0001-7448-1511>

Editor-adjunto da Revista da CGU. Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União.